

Orcamento-90 ameaça sucessor

São Paulo — Logo depois da divulgação dos resultados do segundo turno, o próximo presidente precisará tentar alterar, via articulações no Congresso, a data de encerramento do ano fiscal brasileiro de dezembro para junho. O motivo, segundo o presidente da Comissão de Finanças do Congresso, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), é que o novo presidente da República terá o orçamento de 1990 encurtado para apenas nove meses efetivos, já que tomará posse em março, três meses depois do início da implementação do exercício fiscal atual.

Dornelle previu, ainda, que o Congresso não vai aprovar várias medidas, como a taxação sobre grandes fortunas, agricultura, ganhos em bolsa e isenção para micro e pequenos empresários, que seriam fonte de receita para o orçamento de 1990. Somente por esses fatores, segundo ele, haverá um déficit de 2,5 por cento do PIB. "É preciso que esse orçamento seja considerado".

IMOBILISMO

De acordo com Dornelles, o orçamento do próximo ano, por estar totalmente indexado à Unidade de Referência Orçamentária, que equivale a NCz\$ 1 mil, não dá possibilidade de manobrar suas previsões financeiras até o final do exercício, de modo a elaborar um novo projeto de execução

das contas do Governo. E esse é o centro do problema, pois o orçamento do próximo ano superestima as receitas e subestima as despesas.

O Congresso Nacional, por exemplo, não vai aprovar novas fontes de receita como a taxação sobre ganhos em bolsa, grandes fortunas e agricultura, segundo Dornelles. Outro ponto que deixou Dornelles em dúvida sobre a correção técnica do orçamento do próximo ano é que ele fixa, por exemplo, que os recursos para o pagamento das debêntures emitidas pela Petrobrás virão da receita obtida com o processo de privatização. "Isso é muito improvável", afirmou ele.

Está claro que nada garante que o próximo governo realize um processo profundo de privatização. "São fontes se receita não aprováveis", analisa Dornelles. "Dessa forma, o novo governo teria que realizar um acordo político a partir da reabertura do Congresso, em fevereiro, para deslocar o ano fiscal do período janeiro-dezembro para junho-julho. Feito isso o novo presidente poderia estabelecer uma outra previsão orçamentária".

Dornelles lembrou que quando assumiu o ministério da Fazenda, na posse do governo da Nova República, em 1985, houve o natural excesso de gastos da gestão anterior, nos últimos meses de mandato.